

Memória, desterritorialização e identidade: narrativas sobre o deslocamento forçado

Roseli Boschilia¹

Resumo

Esta investigação tem como foco as narrativas produzidas por descendentes de portugueses nascidos em território africano que, no contexto da década de 1970, em razão do processo de descolonização e o fim da ditadura salazarista, foram obrigados a migrar em direção à antiga Metrópole. Ancorada na metodologia da história oral e nos conceitos de memória, desterritorialização e identidade, o estudo se volta especialmente à experiência de homens e mulheres que durante a infância ou adolescência foram forçados - em decorrência de conflitos bélicos e políticos -, a abandonar seu lugar de nascimento, para viver em um país desconhecido. Ao desembarcarem na antiga Metrópole, não raro acompanhadas apenas por funcionárias da companhia aérea, tendo em vista a permanência dos pais em território africano, muitas destas crianças ou adolescentes, além de se depararem com as dificuldades vivenciadas pelo grupo de meio milhão de pessoas que retornavam da África, precisaram enfrentar uma situação paradoxal, na medida em que eram tratadas como “retornadas” em um país no qual nunca haviam estado antes. A partir desta problematização, a ideia é promover uma reflexão sobre o deslocamento forçado destes sujeitos e as representações que emergem em suas narrativas no tempo presente.

¹ UFPR
roseli.boschilia@gmail.com

Memória, desterritorialização e identidade: narrativas sobre o deslocamento forçado

Introdução

No início de 1961, quando foi deflagrada a guerra da independência de Angola, estavam instalados no território angolano cerca de 172 mil portugueses (WHEELER; PELISSIER, 2011, p. 205). Além do forte impacto político, o início da guerra colonial desencadeou uma série de questionamentos relacionados às referências identitárias da população de origem portuguesa que residia no continente africano. Vale lembrar que parcela significativa destes 172 mil portugueses havia nascido em território africano, mas mantinha a nacionalidade portuguesa pelo fato de serem descendentes de colonos que haviam migrado para as províncias ultramarinas durante o domínio do império português. De modo geral, com exceção dos soldados mobilizados para o cumprimento de missões temporárias, a população portuguesa radicada em território angolano não manifestava qualquer interesse em abandonar o lugar para onde seus pais ou avós haviam se deslocado em busca de melhores condições de vida e trabalho.

O afluxo de colonos portugueses em direção aos territórios de além-mar, como se sabe, foi impulsionado, em grande medida, por acontecimentos políticos externos ocorridos no final do século XIX. Na sequência da Conferência de Berlim (1885), cujo ordenamento dividiu a África entre os colonialistas europeus, determinando que a “ocupação efetiva” deveria se sobrepor à ocupação histórica –, o governo português, pressionado pelos interesses expansionistas da Inglaterra, passou a investir em uma política voltada à ocupação efetiva de suas colônias².

No final do século XIX, cerca de 3.000 pessoas de origem europeia viviam no território angolano, dividindo espaço com 3 milhões de habitantes, de origem africana³, pertencentes a doze tribos distintas (VALÉRIO; FONTOURA, 1994, p. 1193).

Em que pese as restrições impostas pela legislação portuguesa que, a partir do Estado Novo, atendendo aos interesses da burguesia agrária, procurou restringir o fluxo de camponeses que desejavam ir em busca de melhores condições de vida (GALVANESE, 2013, p. 39), saíram de Portugal, entre 1941 e 1950, com destino às colônias, cerca de 110 mil imigrantes, sendo que a maioria deste contingente se fixou em Angola.

Entre estes colonos estava António Manuel Salgueiro, conforme relata seu filho, Manuel:

O meu pai foi para Angola como colono nos anos quarenta porque na altura começou a colonização da Angola, “Angola é nossa!” e pronto, então davam um pedaço de terra aos colonos lá, uma junta de bois uma charrua e sementes para eles cultivarem e todos os anos eram obrigados a dar uma determinada quantidade dos produtos que obtinham como batatas, cebolas, couves, milho, abóbora, laranjas, mamão, tudo. (SALGUEIRO, 2017).

Durante as décadas de 1950 e 1960, mesmo após o início dos ataques, protagonizados pelos movimentos de libertação contra o colonialismo português, os

² Sobre o Ultimato de 1890, consultar Freudenthal (2001).

³ Em 1960, a população africana ultrapassava os 4 milhões.

deslocamentos migratórios de portugueses em direção às províncias do Ultramar mantiveram-se estáveis, sem qualquer retração. Pelo contrário, durante toda a década de 1960, os índices demográficos da província de Angola apresentaram um crescimento significativo, passando de 396 mil para 847 mil indivíduos (ANGOLA, 1971 apud TORRES, 1983, p. 1113).

Uma das razões para este vertiginoso crescimento populacional em Angola deveu-se às mudanças ocorridas na política colonial portuguesa, com a substituição do pacto colonial por uma política desenvolvimentista, o que redundou em profundas transformações econômicas na sociedade angolana (TORRES, 1983, p. 1101). Diante da ameaça da guerra colonial, a estratégia adotada por Salazar foi a de consolidar a presença do governo português em Angola, promovendo a realização de importantes obras públicas e permitindo a entrada de capital estrangeiro, visando fomentar a industrialização (TORRES, 1983, p. 1102). Estas medidas, aliadas à adoção de planos de fomento que objetivavam acelerar o desenvolvimento, a partir do investimento de empresas nacionais e estrangeiras, elevaram a taxa de crescimento da economia angolana.

Foi neste contexto que a família de Francisco Batista, nascido em 1965, se deslocou para o continente africano, conforme a narrativa construída por sua irmã mais velha, ao ser questionada acerca dos motivos que teriam levado seus pais a emigrarem.

O que levou o meu pai a emigrar foi exatamente o que leva toda gente a emigrar. Pelo menos, sempre, foi isto que ele nos disse, que a aldeia era muito pobre, que ele não tinha perspectivas de futuro, que ele tinha tido uma vida muito difícil porque ele ficou órfão de pai aos catorze anos e passou a ser o chefe de família, porque era o mais velho de sete irmãos. [...] (BAPTISTA, 2017).

Maria Adelaide de Oliveira, outra de nossas entrevistadas também vincula o deslocamento da família para a África à razões econômicas: “Eu nasci em Moçambique. Os pais imigraram pra lá em 1950 [...]. Meu pai tinha 24 anos. Os meus tios já lá estavam e mandaram uma carta de chamada e o meu pai foi primeiro, minha mãe foi depois sozinha. O meu pai foi trabalhar em uma fábrica de cimento, próxima à cidade da Beira, na região do Dondo”.

O crescimento econômico decorrente da nova política colonial, além de favorecer o empresariado ligado às áreas de exportação de ferro e de petróleo, também traria vantagens aos proprietários de terra, especialmente àqueles que se dedicavam à produção cafeeira, tendo em vista que a alta do preço do café no mercado mundial, a partir de 1950, contribuiu decisivamente para o aumento vertiginoso desta produção.

Nos anos 60, conforme argumentam Valério e Fontoura (1994, p. 1203), “a indústria transformadora registrou um incremento considerável, sustentada por um mercado interno dinâmico e em expansão (engrossado pelas tropas e famílias deslocadas com a guerra ultramarina)”. Foi o que ocorreu com a família de Jorge da Silva Pina, conforme ele relatou: “A minha mãe foi com o meu avô para Moçambique. [Meus pais] encontraram-se lá porque o meu pai foi para a tropa e depois lá ficou”.

Uma infância tropical

No afloramento das lembranças sobre a vida na África, os discursos construídos por nossos narradores convergem em torno de representações ligadas à exuberância da flora, à fauna e à fartura e diversidade de alimentos próprios do clima tropical. Além do convívio com a natureza, outro aspecto frequentemente destacado pelos entrevistados

está ligado aos espaços de moradia, cuja arquitetura privilegiava os quintais e habitações amplas e arejadas.

Nascida em Moçambique, em 1954, Maria Adelaide recorda ter crescido “num bairro fabril muito especial [...] chamado Nova Maceira, em meio à natureza” e complementa:

Todas as casas eram térreas e tinham um grande quintal, com mangueiras, cajueiros, abacateiros, tínhamos uma horta com couves, mandioca [...] Em frente à minha casa era mato, mas mato à sério, onde bandos de macacos vinham roubar mandioca. Tive uma ligação muito grande com a natureza e com todos os elementos que nos abrem os sentidos” (OLIVEIRA, 2017).

Ao acionar a memória, em busca de recordações sobre a infância vivida em Moçambique, Jorge igualmente recorda:

Eu nasci em 1965, em Vila Pery [em Moçambique]. Vivi lá durante dez anos [...] o meu pai fornecia o quartel militar. Tínhamos uma peixaria, tínhamos um comércio, tipo uma loja de secos e molhados, tínhamos um talho, esse tipo de loja [...] Digo-lhe uma coisa, Moçambique era lindíssimo, porque aquilo tinha cana-de-açúcar que é riquíssima, a líchia nós fornecíamos para a Beira, porque tínhamos no pomar, bananas, abacates, tínhamos tudo o que era bom [...] (SILVA PINA, 2017).

Berta Maria de Miranda Neto, outra de nossas entrevistadas que nasceu em Moçambique e migrou para Portugal aos 13 anos, relembra:

Eu nasci em Moçambique, na cidade da Beira, em 1963, e vivi lá até maio de 1976. Gostei muito de ter nascido lá, viver lá. Comparado com Portugal não tem nada a ver, gostaria de voltar lá novamente [...] Meu pai foi prá lá como estivador [...] A casa onde morávamos era uma casa térrea, tinha um quintal enorme, com muitas árvores de frutos, laranjas, tangerinas, tínhamos animais de criação como coelhos, galinhas, cabritos [...] (MIRANDA NETO, 2017).

Outro aspecto frequentemente presente nas narrativas dos filhos dos colonos eram as relações de trabalho decorrentes da dominação colonial, especialmente no que diz respeito à presença de serviçais negros na maior parte dos espaços domésticos.

Era normal toda a gente ter um criado ou mais criados, que eram chamados de mainato. O mainato, que usava um avental branco, era a pessoa que limpeza a casa, lavava a roupa, passava à ferro (OLIVEIRA, 2017).

No interior deste modelo, pautado em relações sociais assimétricas, além de dispor do trabalho do mainato, que morava no domicílio do seu patrão, algumas famílias de colonos contavam ainda com a presença do muana que “era um rapaz mais jovem, um rapazote, que ajudava o mainato [...] e havia ainda o “pequenino”, que às vezes eram tão pequeninos como nós e tomavam conta dos meninos, podia ter por aí sete anitos e tomava conta dos meninos, era o pequenino, brincava conosco” (OLIVEIRA, 2017).

A exploração dos trabalhadores negros, um aspecto que no contexto imperialista era frequentemente naturalizado pelos colonos portugueses, todavia, ganha uma nova dimensão na narrativa dos entrevistados, quando potencializado pelo choque da experiência diaspórica, conforme fica evidenciado na narrativa de Jorge, que, aos 11 anos, desembarcou em Lisboa, na companhia de sua mãe e de um irmão e foram recebidos pelo avô com quem passaram a residir, tendo em vista a permanência do pai em Moçambique.

A primeira coisa depois da conversa que tivemos antes foi quando ele no aeroporto disse: “olhem netinhos, agora os sapatinhos são vocês que engraxam [...] Aqui não há o preto, não há o Agostinho que era o rapaz que nos levava a escola, que fazia esse tipo de trabalho, passava a ferro, lavava a roupa, nós nem na mochila pegávamos, mas pronto, as coisas modificaram-se [...] A minha mãe também... lembro-me tanto disto... chamou-nos e disse: “A partir de hoje não há pretos” porque os pretos, é um facto, pegavam-me na mochila e iam levar-me à escola... nós tínhamos tudo de mão beijada (SILVA PINA, 2017).

Os fantasmas da guerra

Como se sabe, as lutas pela Libertação Nacional tiveram início em Luanda na madrugada do dia 4 de fevereiro de 1961, quando um grupo de nacionalistas ligados ao MPLA (Movimento pela Libertação da Angola) atacaram o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública, a Cadeia Civil de Luanda e a Casa de Reclusão Militar, com o objetivo de libertar presos políticos. Entretanto, o início da guerra anticolonial propriamente dita foi marcado pelo conjunto de ataques às fazendas de café no norte de Angola, desencadeados pela União das Populações de Angola (UPA) – posteriormente chamada Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) (LOURENÇO, 2015).

Durante os primeiros seis anos de conflito, a maior parte dos colonos que residiam em áreas urbanas não sentia diretamente os impactos da guerra, a não ser pela presença cada vez maior das tropas portuguesas no território, como observa José de Castro Pinto Guedes que chegou em Angola em 1969, quando tinha 14 anos.

Quanto à guerra, isso era muito para o interior de Angola, perto da fronteira, em Luanda nada se passava [...]. A guerra estava muito longe da cidade, a centenas de quilómetros, só quando pousava algum helicóptero no hospital militar é que me lembrava da guerra, algumas vezes ia a correr para tentar ver o que se passava. Normalmente nada via (GUEDES, 2017).

A partir do final da década de 1960, porém, os confrontos militares gradativamente passaram a ganhar maior visibilidade, conforme relata António Cardoso, após ter sido mobilizado para a guerra, em 1967.

Servi no leste e no norte de Angola [...] A partir de 67 o Leste foi pior que o Norte. A zona de conflito era pela região de Cuando-Cubango, perto da fronteira com a Tanzânia, Zâmbia e com a Namíbia. Eram realmente zonas de grande conflito [...] porque havia três frentes ao mesmo tempo na guerra em Angola, a UNITA, MPLA e a FNLA no

leste e no norte de Angola. Havia notícias de muitas baixas e isso gerou um determinado pânico [entre a população] (CARDOSO, 2017).

Muito embora, “a falta de alimentos e as filas para determinados produtos essenciais de alimentação, só tenham começado a existir depois do 25 de abril”, conforme observa António, vale lembrar que já a partir de 1968, quando teve início o declínio irreversível do regime salazarista, a atuação dos grupos armados passou a ter maior visibilidade na imprensa internacional, amedrontando a população ultramarina e interferindo no seu cotidiano, à medida que o processo de descolonização se agudizava.

Já mais para o final antes de me vir embora já nem podíamos sair porque era tiroteio constante na rua. Até me lembro de uma vez em que eu e o meu cunhado estávamos a carregar uns caixotes com as nossas coisas à porta da casa da minha sogra, desencadeou-se um tiroteio de tal forma que as balas bateram na traseira do meu caminhão (CARDOSO, 2017).

Reforçando a narrativa de António, Manoel Salgueiro também faz referência aos problemas enfrentados pela população urbana, em razão do acirramento dos conflitos armados:

Aquilo era tiroteio tremendo porque do lado da nossa casa ficava a delegação do MPLA e do outro lado ficava a UNITA, aquilo eram tiros de um lado para o outro, nós chegávamos a dormir debaixo da cama. Era muito tiroteio, eu cheguei a andar no chão de rastros (SALGUEIRO, 2017).

Se os tiroteios causavam espanto aos adultos que, apesar da censura, tentavam acompanhar as notícias sobre a guerra, através de noticiários de rádio de outros países, tendo em vista a ausência de canais de televisão no território ultramarino, o que dizer das crianças que assistiam aquilo tudo sem entender muito bem o que se passava.

A certa hora da noite era balas por todo o lado. Não era possível tirar a cabeça para fora, nem sequer espreitar porque nunca sabíamos o que podia acontecer do lado de lá e aquilo foi se agravando até que chegou a altura em que nós tivemos que regressar [...] Lembro-me que aquilo eram tantos tiros, tantos tiros que o meu irmão se meteu debaixo da cama [...]. Nós acordávamos muitas vezes com aquele impacto porque aquilo entre as paredes fazia um barulho (SILVA PINA, 2017).

Aida Baptista também recorda:

Eu tinha dois filhos pequenos [...] e quando começavam os tiroteios entre os três movimentos, como nós estávamos naquela linha de cruzamento, eu punha colchões no corredor, que era a zona mais segura da casa, nós tínhamos vidro à frente e vidros atrás, então não era seguro e nós íamos para o corredor (BAPTISTA, 2017).

O difícil retorno

O agravamento dos conflitos, sobretudo após o 25 de abril, obrigou muitas famílias que viviam no território africano, sobretudo aqueles que eram funcionários do governo, a procurar meios para mandar os filhos para Portugal.

Uma senhora a quem chamaremos de Alice, pelo fato de não desejar ter seu nome divulgado, relatou ter chegado em Moçambique em 1964, aos 19 anos, na companhia da filha ainda bebê. O objetivo da viagem era reunir-se com o esposo que era funcionário da PIDE e lá já estava há alguns meses. A partir de 1968, após a realização de um concurso interno, Alice também passou a atuar como datilógrafa nas dependências da PIDE, trabalhando inicialmente em Lourenço Marques (Maputo) e depois em Quelimane. Em 1972, dois anos antes de retornar definitivamente a Portugal, Alice e o marido decidiram encaminhar a filha, então com 8 anos, para morar com os avós, no interior de Portugal.

Minha filha embarcou sob os cuidados de uma hospedeira [como eram chamadas as aeromoças] da TAP e quando chegou em Lisboa foi entregue aos padrinhos que posteriormente a levaram para a casa dos avós, na região de Beira Alta (ALICE, 2017).

Infelizmente, a filha de Dona Alice, hoje médica conceituada, não vê com bons olhos o fato de sua genitora, que tem se dedicado à escrita de uma autobiografia e diz “não ter vergonha de dizer que trabalhou na PIDE”, desejar partilhar conosco parte destas memórias subterrâneas que, segundo a filha, devem ficar restritas ao âmbito familiar.

A partir da década de 1970, a prática de encaminhar os filhos para residirem com os avós em Portugal não era um fenômeno isolado e foi adotada com frequência pelas famílias portuguesas que, por alguma razão, precisavam permanecer por mais tempo em território africano, como recorda Aida Baptista: “O meu irmão, por exemplo, quando conseguiu enviou os filhos para cá e eles foram entregues aos avós, [enquanto] eles lá ficaram”.

Vale lembrar que, além dos funcionários do governo, que precisavam permanecer nos seus postos de trabalho, muitos colonos, sobretudo aqueles que eram detentores de uma condição econômica mais privilegiada, decidiram permanecer no continente africano, com o objetivo de preservar, pelo menos em parte, o patrimônio material que eles haviam conquistado nas províncias ultramarinas. Assim, ao avaliar as escolhas subjetivas feitas pelos colonos portugueses e seus descendentes, no momento de deixar Angola, é forçoso recorrer às reflexões de Fanon acerca dos diferentes níveis de violência que compõem o cenário da descolonização, pois de acordo com este autor:

A prova de sucesso [da descolonização] reside num panorama social inteiramente modificado. A importância extraordinária dessa transformação é que ela é desejada, reclamada, exigida. A necessidade dessa transformação existe em estado bruto, impetuoso e obrigatório, na consciência e na vida dos homens e das mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é também vivida sob a forma de um futuro terrificante na consciência de uma outra “espécie” de homens e mulheres: os colonos (FANON, 1968, p. 26).

No processo de rememoração em torno da decisão tomada pelo pai, de permanecer no território africano, que aparece associado à experiência da viagem e ao impacto da chegada à aldeia onde os avós residiam, Jorge da Silva Pina recorda:

Entretanto, o meu pai decidiu lá ficar [...] as coisas mudaram e para mim foi muito complicado. Ainda hoje sinto uma tristeza [...] Eu sei que abalámos de madrugada [...] lembro-me perfeitamente disso, choramos tanto...levávamos aqueles brinquedos, aquelas coisinhas que mais

gostávamos, mas em vez de trazermos cinco malas trouxemos só duas, o melhor ficou lá, no próprio aeroporto, já não nos deixaram trazer (SILVA PINA, 2017).

Eu lembro-me que chegamos aqui de madrugada. [Depois] chegamos aos Valhascos e não tínhamos onde comer, o que comer. Vínhamos à Câmara buscar leite em pó, farinha, tudo o que eles nos davam... fomos sobrevivendo só com essas coisas [...] Além disso, a casa estava muito degradada, muito velhinha, tinha quartos pequeninos como era antigamente (SILVA PINA, 2017).

Assim, como se pode observar a partir de sua narrativa, além da ruptura familiar, muitas destas crianças tiveram que se deparar precocemente não só com a experiência da desterritorialização e da alteridade, provocada pelo estramento cultural, mas também com a precariedade existente nas aldeias portuguesas.

Ademais, como lucidamente observa Sayad,

não se deixa sua terra impunemente [...]. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, [...] bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos e, enfim, largamente performativos (SAYAD, 2000, p. 14).

Os mesmos dilemas de Jorge em relação à experiência do deslocamento migratório e aos problemas de adaptação à vida da Metrópole, também podem ser percebidos na narrativa dos irmãos Aida e Francisco.

Minha filha tinha 7 anos e o meu filho 6. Fui pra casa da minha sogra. Nunca tinha vivido numa casa naquelas condições, embora fosse uma boa casa [...] mas eu nunca tinha vivido naquele tipo de cozinha, naquele tipo de casa de banho. [...] O lume era feito no chão da cozinha e era assim que as pessoas se aqueciam. Depois veio o inverno e foi muito duro, nós não tínhamos agasalhos, nós não tínhamos dinheiro, os primeiros cobertores nos foram dados pela Cruz Vermelha, agasalhos dados pela Cruz Vermelha [...] Foi uma adaptação muito difícil para as duas crianças habituadas a muita rua e muito ar livre (BAPTISTA, 2017).

Nos primeiros tempos nós ficamos em casa de uma avó, mãe do meu pai, uma casa em pedra, pequena, dormíamos 4 pessoas numa cama. A casa só tinha dois quartos: um dos meus pais e outro onde vivia minha avó, eu na cama com os demais homens e a minhas irmãs em outra cama, todos na sala. Foi muito difícil porque não estávamos habituados, estava muito frio, muito frio, e as dificuldades eram grandes, muito grandes. [...] As condições sanitárias eram muito limitadas na altura. Tínhamos uma casa muito pequenina à qual não estávamos habituados; estávamos habituados a uma casa bem grande, com todas as condições, e ali na altura a casa de banho era fora da casa [...]de fato, foi muito duro, foi muito difícil (BATISTA, 2017).

A narrativa de Francisco também é bastante esclarecedora no que diz respeito as impressões da viagem em direção a Portugal, trazendo à tona elementos que

possibilitam a reflexão sobre a noção de retorno presente nos discursos de grande parte dos entrevistados nascidos em território ultramarino.

Da viagem de barco eu, com meus 13 anos, recordo-me com muita tristeza [...] Então a minha viagem foi num porto, perto da cidade de Benguela, chamado Lobito. Nós embarcamos, eu recordo-me, perfeitamente, o barco a deixar o porto e recordo-me de atirarem fitas como se fosse uma festa e eu, contente, pensava que estávamos num cruzeiro. Mas, de vez em quando, vinha à cabeça, se calhar, se seria uma viagem que não ia ter retorno. Pensei, pensei muito nisso. E depois, mais tarde, essa viagem vinha-me à cabeça como uma viagem que não teve retorno e que tudo ficou para trás, daquilo que meus pais construíram, trabalharam, lutaram, ficou tudo para trás e aquela viagem marcou-me um bocado, nessa altura (BATISTA, 2017).

O retorno, conforme premissa defendida por Sayad (2000), constitui uma das categorias fundamentais do processo migratório, ao conferir sentido à circularidade do deslocamento, fechando o ciclo entre origem e destino. Todavia, no imaginário dos ‘retornados’ nascidos em Angola, a ida para a antiga metrópole, longe de se configurar como um movimento de retorno, era apenas um deslocamento compulsório para a terra de seus antepassados, como afirma Francisco.

Tudo era uma coisa estranha. Eu nunca tinha passado pela cabeça que existia aquele tipo de casa, tudo feito em pedra, uma aldeia muito pequena, com muito frio, tínhamos que andar com muita roupa ... Tudo isto que foi uma confusão muito grande na minha cabeça, na nossa cabeça, minha e dos meus irmãos [...] Eu, praticamente, não tinha noção que vinha para Portugal para ficar; tínhamos a ideia de que vínhamos de férias [...] nunca nos passou pela cabeça que nós viríamos para ficar em Portugal; Só que depois, com o tempo, é que nos apercebemos que realmente não era aquilo que a gente tinha pensado, que vínhamos de férias, mas não para ficar, mas viemos derivado de todo aquele problema que se passou em Angola (BATISTA, 2017).

A narrativa de Francisco evidencia a situação de centenas de descendentes de portugueses que, como ele, se sentiram duplamente desterritorializados, após o processo de descolonização. Ao mesmo tempo em que eram impedidos de permanecer no seu lugar de nascimento – pelo fato de serem descendentes de colonos –, também encontravam dificuldades para se identificarem com a terra de origem de seus pais e avós.

Para os retornados, acomodados provisoriamente em hotéis, pensões, presídios e quartéis e necessitando da ajuda das instituições governamentais para comer, vestir-se e conseguir um emprego, receber documentos nos quais a referência à terra natal estava ausente, significava outro duro golpe. Esta ausência reforçava a ideia de que, além do deslocamento físico, eles estavam passando por uma desterritorialização do ponto de vista identitário, tendo em vista que, a partir daquele momento, o nome do lugar de nascimento – ou “a minha terra”, como eles preferem chamar – ficaria registrado apenas na memória e nas poucas imagens fotográficas que puderam guardar antes da partida,

como um vestígio fantasmagórico de lugares cujos nomes deixaram de existir no período pós-colonial⁴.

Se não bastasse se sentirem espoliados em relação ao seu lugar de origem, muitos retornados ainda tiveram que enfrentar a hostilidade de uma sociedade extremamente conservadora e refratária ao seu modo de falar, de se vestir e de se portar. Ou seja, apesar de possuírem o estatuto de retornados, para muitos deles as cidades portuguesas eram antes um lugar de refúgio do que de retorno. Enfim, marcados pela dura experiência de ter que abandonar amigos, lugares, projetos e sonhos, eles também tiveram que enfrentar o desafio de ultrapassar as fronteiras veladas de um território que precisava ser reconfigurado por novos processos de subjetivação.

Considerações finais

Inscrita no corpo e na memória dos sujeitos, a experiência do retorno de migrantes das ex-colônias africanas é uma história em construção. Quarenta anos após os episódios políticos que marcaram o final da ditadura salazarista e do colonialismo português, a sociedade lusitana vive hoje um momento singular especialmente no que diz respeito à rememoração sobre a experiência dos retornados. Uma “explosão mnemônica sobre a temática do retorno”, conforme expressão cunhada pela antropóloga Tereza Pinheiro (2014, p. 4), tem motivado a crescente proliferação de livros de ficção ou divulgação, documentários, filmes e reportagens em torno deste assunto. Aos primeiros estudos publicados “no calor da hora”⁵, nas décadas de 1970 e 1980, vieram somar-se mais de uma dezena de outros⁶, enfocando o drama de homens e mulheres que deixaram o continente africano, fugindo da guerra colonial. Através de depoimentos e imagens é possível acompanhar o percurso realizado por milhares de retornados que desembarcaram em Lisboa, durante o verão de 1975.

Ao revisitar o passado, os retornados colocam à mostra sua subjetividade, enfatizando em suas narrativas o sentimento de insegurança, temor e desterritorialização que sentiram ao “regressar” para um lugar no qual muitos deles nunca haviam pisado antes.

Na tentativa de escapar dos perigos da guerra que seus pais e avós, diretamente ou indiretamente, ajudaram a provocar, muitos jovens e crianças foram forçadas a abandonar a terra que consideravam como sua, enfrentando desafios para inserir-se num espaço estranho e desconhecido que os pais e o governo afirmavam ser a sua pátria, mas com o qual eles não tinham qualquer identificação.

Pelo contrário, no afloramento das lembranças dos nossos entrevistados, para além das inúmeras dificuldades que foram compartilhadas pelos 500 mil retornados, especialmente em relação à falta de moradia, de trabalho e até mesmo de vestimentas adequadas para enfrentar as baixas temperaturas de Portugal, emergem questões relacionadas aos obstáculos encontrados por eles para enfrentar o preconceito nos

⁴ Após a independência de Angola, ocorrida em 11 de novembro de 1975, quase uma dezena de cidades tiveram seus nomes substituídos por nomes indígenas, como foi o caso de Sá Bandeira, Serpa Pinto, Nova Lisboa e Moçamedes.

⁵ Nesse rol destacam-se as análises de Pires (1976), Leandro Marques (1983), Dacosta e Brito (1984) e Pires et al (1987).

⁶ Dentre as publicações, documentários e reportagens a que tivemos acesso, destacamos os trabalhos de Almeida (2014), Dulce Cardoso (2015), Fernando Cardoso (2016), Dacosta (2013), Dias e Gomes (2013), Pereira (2012), Pizarro (2004), Ferreira (2013), Sequeira e Graciano (2013), Saraiiva (2013), Vieira (2013), Branco (2015), Fonseca (2009), Baptista (2008), Sereno (2016) e Canelas (2016).

espaços escolares e de sociabilidade, o que contribuiu para potencializar o sentimento de dupla desterritorialização.

Com os olhos e os pés no presente, os discursos destes retornados fazem emergir ao lado dos ressentimentos e das frustrações, as fantasias, esperanças e sonhos desfeitos pela experiência da migração forçada.

Em que pesem as importantes contribuições trazidas a público, especialmente por jornalistas, com enfoque na experiência dos retornados, ainda são raras as análises que procuram refletir sobre aspectos relacionados às noções de retorno, refúgio e desterritorialização, para além das questões semânticas, e menos ainda o são aquelas que buscam problematizar as tensões e ambiguidades presentes nos processos de subjetivação de sujeitos que viveram a experiência do deslocamento forçado, especialmente no caso das crianças e adolescentes que, via de regra, participaram deste processo ocupando o papel de meros coadjuvantes.

Referências

ALICE [?]. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em março de 2017, na cidade de Abrantes/Portugal.

ALMEIDA, Miguel Vale de 2004. Crioulização e fantasmagoria. Sessão de trabalho “Pós-colonialismo, pos-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade”, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil, 28 de Outubro. Disponível em <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/crioulidade-e-fantasmagoria.pdf>, acesso em julho de 2017.

ALMEIDA, São José (2014) *Retornados: uma história de sucesso por contar*. Disponível em <https://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>, acesso em abril de 2017.

AMARAL, Ilídio do (1978) “Contribuição para o conhecimento do fenômeno de urbanização em Angola” em *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* (Lisboa) Vol. 13, N. 25, P. 43-76. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/viewFile/2258/1911>, acesso em julho de 2017.

BATISTA, Francisco Assis. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em março de 2017, na cidade de Sardeal/Portugal.

BAPTISTA, Aida. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em março de 2017, na cidade de Sardeal/Portugal.

BRANCO, Sofia. (2015) *As mulheres e a guerra colonial* (Lisboa: Esfera dos livros).

CANELAS, Catarina. (2016) *O lugar onde eu fiquei* (Reportagem/Dossiê. TVI).

CARDOSO, António Manuel. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em abril de 2017, na cidade do Porto/Portugal.

CARDOSO, Dulce (2015) *O retorno* (romance) (Lisboa: Tinta da China).

CARDOSO, Fernando (coord.). (2016) *Exílios: testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)* (Lisboa: Associação de Exilados Políticos Portugueses).

CASTELO, Cláudia (2012) “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974” em *História, Ciências, Saúde* (Manguinhos, Rio de Janeiro) V.19, N.2, Abr.-Jun. P. 391-408. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/03.pdf>, acesso em abril de 2017.

DACOSTA, Fernando (2013) *Os retornados mudaram Portugal* (Lisboa: Parsifal).

DACOSTA, Fernando; BRITO, Leonel (1984) *Os retornados estão a mudar Portugal* (Lisboa: Relógio de Água).

DIAS, Catarina; GOMES, Inês (2013) *Depois do adeus: um retrato fiel de um drama que marcou a sociedade portuguesa* (Lisboa: Parsifal).

FANON, Frantz (1968) *Os condenados da terra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

FERREIRA, Iolanda (2013) *Começar de novo* (Antena 1).

FONSECA, Ana Sofia (2009) *Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram* (Lisboa: Esfera dos Livros).

FREUDENTHAL, Aínda (2001) “Voz de Angola em tempo de ultimato” em *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro) Ano 23, Nº 1, P. 135-169, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a06v23n1.pdf>, acesso em julho de 2017.

GALVANESE, Marina Simões (2013) *A Junta da Emigração: os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970)* (Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

GUEDES, José de Castro Pinto. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em março de 2017, na cidade de Abrantes/Portugal.

LEANDRO, J. M. Marques (1983) *Retorno de desalojados e retorno de imigrantes*. (Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro).

LOURENÇO, Salvador José Nascimento (2015) *A política externa portuguesa face aos apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos: os casos da República Democrática do Congo/Zaire e da Zâmbia* (Porto: Universidade do Porto, Porto). Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79437/2/35578.pdf>, acesso em abril de 2017.

MIRANDA NETO, Berta Maria. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em outubro de 2017, na cidade do Porto/Portugal.

OLIVEIRA, Maria Adelaide. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em abril de 2017, na cidade de Lisboa/Portugal.

PEREIRA, Júlio Borges (2012) *O último retornado* (romance) (São Pedro do Estoril: Saída de Emergência).

PIMENTA, Fernando Tavares (2014) “O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)” em *História* (São Paulo) V. 33, N. 2, Jul./Dez., P. 250-272. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200250, acesso em maio de 2017.

PINHEIRO, Teresa (2014) “O retorno dos retornados: a construção de memória do passado recente na série televisiva Depois do Adeus”. XI Congresso AIL, p. 1-22. Disponível em <http://www.univcv.edu.cv/images/ail/81Pinheiro.pdf>, acesso em julho de 2017.

PIRES, Antônio (1976) *Desalojados: a tragédia nacional dos retornados* (romance) (Lisboa: Livraria Francisco Branco).

PIRES, Rui Pena et al.(1987) *Os retornados: um estudo sociográfico* (Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento).

PIZARRO, Teresa (2004) *Os retornados* (romance) (Almargem do Bispo: Padrões Culturais).

SALGUEIRO, Manuel João. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em abril de 2017, na cidade do Porto/Portugal.

SARAIVA, Antonio João (2013) *Imigração e regresso* (filme).

SAYAD, Abdelmalek. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia*. São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1-34, 2000.

SEQUEIRA, Patrícia; GRACIANO, Sérgio (2013) *Depois do Adeus* (RTP).

SERENO, Bárbara. *Refugiados em Lisboa*. Disponível em: <https://refugiadosemlisboa.wordpress.com/2012/10/16/iarn/>, acesso em maio de 2017.

Sessão de trabalho “Pós-colonialismo, pos-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade”, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil, 28 de Outubro.

SILVA PINA, Jorge Mena Lourenço da. Entrevista concedida a Roseli Boschilia em março de 2017, na cidade de Abrantes/Portugal.

THOMSON, Alistair 2002 “Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração” em *Revista Brasileira de História* (São Paulo) V. 22, N. 44, P. 341- 364. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005, acesso em novembro de 2016.

TORRES, Adelino 1983 “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)” em *Análise Social* (Lisboa) V. XIX, N. 77-79, P. 1101-1119. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465985W6dOR5rt8Jv59IF7.pdf>, acesso em abril de 2017.

VALÉRIO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula 1994 “A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial: uma tentativa de síntese” em *Análise Social* (Lisboa) V. XXIX, N. 129, P. 1193-1208. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf>, acesso em julho de 2017.

VIEIRA, Susana Patrícia de Oliveira (2013) *Vindos de África: “retornados” e “desalojados” em Braga (1974-1977)* (Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga). Dissertação de mestrado.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René (2011) *História de Angola* (Lisboa: Tinta da China).

